



ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Colegiado TRT-6	6ª Reunião do CGovTIC em 2026
Data	18/06/2026
Horário (início/término)	14h - 14h50
Local	Reunião telepresencial

2. PAUTA

ID	Descrição do item
01/2026	Status dos projetos e demandas de TIC
02/2026	Plano de Contratações 2026
03/2026	Outros Assuntos

3. INTEGRANTES DO COLEGIADO

Nome		Designação	Presença	Ausência Justificada
1	Fábio André de Farias	Desembargador Coordenador do Comitê de TIC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara	Juiz Auxiliar da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Patrícia Coelho Brandão Vieira	Juíza Auxiliar da Corregedoria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	Nise Pedroso Lins de Souza	Escola Judicial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	Miriam Souto Maior de Moraes	Representando a Juíza do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento de 1º Grau	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	Marisa Lopes Dourado Cavalcanti Lyra	Secretária-Geral da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	Cristiane Machado Nascimento	Secretária-Geral Judiciária	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	Erika Antunes de Araújo Gusmão	Representando o Diretor-Geral	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9	Alessandro Alcides de Souza	Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	João Adriano Pinheiro de Sousa	Secretário de Gestão Estratégica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de Apoio Executivo: CGGTIC
Secretário/a: Diana Rúbia

4. CONVIDADOS PRESENTES

Nome	
1	Alessandro Monteiro Lima Coordenador de Apoio à Gestão e Governança de TIC
2	Diana Rúbia Rodrigues Ricardo Coordenadoria de Apoio à Gestão e Governança de TIC
3	Carlos Antônio Menezes de Albuquerque Servidor da Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação
4	Renato César Ferraz Marcolino Bezerra Coordenador de Sistemas de TIC

5. ABERTURA DA REUNIÃO

Alessandro Monteiro Lima deu início à reunião, dando as boas-vindas aos participantes

6. ANÁLISE DOS ITENS DA PAUTA E RESULTADOS

Item	Status dos projetos e ações de TIC	ID	01/2026
<p>Análise e discussão: Alessandro Monteiro apresentou o resumo do status dos projetos, totalizando 25 projetos. Deste total, estão em andamento 10 projetos/ações, cinco concluídos, oito a iniciar e dois suspensos. Foram destacados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Novo Balcão Virtual <ul style="list-style-type: none"> ○ Encerrado • Desenvolvimento do Robô ARCCO - Automação de Regularidade de CPF para Controle Operacional <ul style="list-style-type: none"> ○ Em encerramento • Conversor e consolidador de documentos <ul style="list-style-type: none"> ○ Iniciada e já em planejamento. • Atualização do Portal Institucional do TRT6 para Drupal 10 <ul style="list-style-type: none"> ○ A ação estava suspensa para evitar prejuízos ao Ranking da Transparência. Com a conclusão deste, a suspensão foi revogada, permitindo o seu 			

prossequimento.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

Item informativo sem necessidade de deliberação do Comitê.

Item	Status das Demandas de TIC	ID	02/2026
<p>Foi destacado que, nesta reunião, não há demandas para aprovação. Alessandro Monteiro Lima aproveitou para lembrar o processo de aprovação de demandas e apresentar as que ainda aguardam análise técnica.</p> <p>Três demandas estão em análise técnica:</p> <ol style="list-style-type: none">Migração do sistema do Programa de Autogestão em Saúde: O pregão foi realizado em 01/06/2026 e agora a área demandante está avaliando se cancelar ou continua com a demanda.Sistema de Monitoramento e Jurimetria de Litigância Abusiva/Predatória: A análise da demanda está bastante adiantada e faltando apenas mais algumas verificações para ser liberada para aprovação.Tratamento de Prontuários Digitalizados: A área responsável já iniciou avaliação com a área demandante para iniciar a análise.			
<p>Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):</p> <p>Item informativo sem necessidade de deliberação do Comitê.</p>			

Item	Plano Contratações 2026	ID	03/2026
<p>Análise e discussão:</p> <p>Foi apresentado o status do Plano de Contratações de TIC 2026 com 77,78% das contratações em andamento e 22,22% concluído. O TRT6 figura como co-participante (contratações nacionais) em oito das nove contratações planejadas. Desde a reunião anterior, não houve uma evolução no andamento das contratações, atualmente não há contratações pendentes. Entretanto, destaca-se o andamento interno de três contratações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Solução para serviços de computação em nuvem - Aqui representa aquisição que vai levar o PJe para a nuvem. Foi informado que o Plano de desmobilização já foi enviado ao CSJT, e agora, aguarda-se sua aprovação para continuidade do processo de adesão ao contrato estruturante da Justiça do Trabalho.• Solução SASE - ARP já foi concluída pelo TRT12 - Como a solução disponibilizada apresenta muitas funcionalidades adicionais, por exemplo controle de LGPD, a SGTIC está avaliando a ferramenta com o fornecedor para determinar a quantidade exata de			

licenças para o tribunal, pois o escopo de uso inicial pode ser ampliado para todo o tribunal.

- **Solução de telas interativas** - Aguardando apenas homologação pela Ordenadoria de Despesas para efetiva aquisição.

Para a questão de infraestrutura em nuvem, Dr. Fábio solicitou confirmação da sugestão anterior de manter uma base física do PJe aqui, se está mantida. Assim Alessandro Souza pediu a palavra as seguintes explicações:

- Comentou sobre a responsabilidade na migração dos dados judiciais para o ambiente de nuvem, informando que as garantias contratuais com a empresa contratada asseguram o armazenamento dos dados estritamente em data centers localizados em território nacional, com mecanismos contratuais e técnicos para auditoria e verificação da conformidade.
- Esclareceu que, embora a aplicação e dados passem a operar na nuvem, o Tribunal manterá uma política de segurança rigorosa, com a replicação e manutenção de cópias de segurança (*backups*) atualizadas no *data center* local de Afogados, garantindo um ponto de recuperação seguro.
- Explicou que a infraestrutura física atual (sala cofre de Afogados) foi inaugurada em 2015 e possui equipamentos com mais de 10 anos de uso, demandando substituição iminente de ativos críticos (refrigeração, no-breaks, sistemas de segurança, etc.). Contudo, o cenário macroeconômico global — impactado pela alta demanda de insumos de processamento e armazenamento decorrente do avanço da Inteligência Artificial — inflacionou severamente os preços de hardware no mercado internacional. Diante disso, a atualização integral da infraestrutura local tornou-se financeiramente inviável (com custos multiplicados), consolidando a nuvem pública como a solução técnica e economicamente viável para garantir a continuidade dos serviços do Tribunal.
- Caracterizou o presente contrato como uma contratação crítica e de transição, informando que, no âmbito da Justiça do Trabalho, já existe um grupo de estudos em andamento (com previsão de dois anos para maturação) focado na criação de uma **nuvem privada unificada da Justiça do Trabalho**. Este projeto futuro visa descentralizar e interligar a infraestrutura em cerca de 5 *data centers* estratégicos pelo país (como por exemplo TST, TRT-SP, TRT-RS, TRT-CE, entre outros), otimizando os recursos financeiros e eliminando a necessidade de manutenção de 25 salas cofres individuais nos Regionais. Concluiu que a atual migração para a nuvem pública é a alternativa ágil e segura para o momento, pavimentando o caminho para o futuro modelo híbrido e, posteriormente, para a nuvem privada do Judiciário Trabalhista.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

Item informativo sem necessidade de deliberação do Comitê.

Item	Alterações Previstas no Plano de Contratações 2026	ID	04/2026
------	--	----	---------

Análise e discussão:

Alessandro Monteiro explicou que estão sendo analisadas algumas possíveis alterações no Plano de Contratações 2026, informando que o orçamento previsto para o exercício de 2027 apresenta-se deficitário, demandando aportes adicionais. Em contrapartida, identificou-se a existência de sobras orçamentárias no exercício corrente de 2026. Diante disso, a equipe técnica está analisando a viabilidade de antecipar ainda em 2026, três grandes aquisições inicialmente planejadas para o próximo ano, devido ao surgimento de atas de registros de preços no mercado.

Propostas de Antecipação:

- **Servidor Blade com GPU:** Equipamento de alta performance destinado à Divisão de Inovação Interna, voltado para processamento de Inteligência Artificial (IA) e simulações.
- **Solução Windows Server:** Antecipação da contratação de licenças de software para servidores Windows.
- **Solução para computadores tipo notebook Notebooks:** Notebooks atuais estão sem garantia.

Destacou-se que a aquisição dos notebooks está sob rigorosa análise devido a dois fatores críticos: o risco de o fornecedor não cumprir o prazo de entrega contratual e o significativo aumento de custos no mercado de hardware. Notou-se que o preço unitário estimado para 2027 era de R\$ 7.000,00, enquanto a ata atual apresenta o valor de R\$ 11.065,00 por equipamento. Em razão disso, o impacto financeiro está sendo mensurado antes de qualquer deliberação.

Sobre a aquisição de notebooks, Dr. Fábio comentou que na última reunião, foi sugerida a contratação de serviço e manutenção dos equipamentos fora de garantia. Alessandro Souza informou que foram iniciadas pesquisas de mercado para um contrato de manutenção técnica de hardware, mas que enfrentam resistências. As empresas consultadas demonstram preocupação com o desabastecimento global de componentes (como memórias e processadores) e com a inflação de preços. Para o envio de propostas, as empresas sinalizaram a necessidade de realizar uma avaliação prévia para avaliar o estado atual e a viabilidade de reposição de peças do parque tecnológico do Tribunal. Assim, esclareceu-se o motivo de reavaliar a aquisição de notebooks (inicialmente secundarizada devido aos preços elevados do mercado):

1. **Ata de Registro de Preços (ARP) Oportuna:** Identificou-se uma ARP que possibilita a adesão para a compra de aproximadamente 150 unidades. O andamento do processo depende da confirmação de capacidade de fornecimento e cumprimento de prazos pelo fornecedor.
2. **Garantia de Equipamentos Críticos:** O objetivo é garantir que pelo menos um lote de 150 máquinas esteja coberto por garantia de fábrica, visto que o restante do parque atual do Tribunal já se encontra com a garantia expirada e seria absorvido pelo futuro contrato de manutenção.
3. **Logística Reversa e Atendimento às Varas:** Os notebooks novos substituiriam os

equipamentos atualmente utilizados por magistrados. As máquinas substituídas (em bom estado) retornariam à nossa reserva técnica para suprir demandas urgentes de microinformática das Varas do Recife.

Dr. Eduardo Brennand complementou que o Tribunal vem sendo demandado pelo Sindicato (Sintrajuf) para fornecer condições adequadas de trabalho aos 248 servidores lotados nas Varas do Recife, dos quais a maioria se encontra em regime de teletrabalho utilizando equipamentos próprios. A substituição e o remanejamento dos computadores viabilizariam o atendimento a essa demanda represada.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

Justificou-se que as propostas de inclusão e alteração do plano não foram submetidas à aprovação imediata do Comitê nesta data para que as análises de viabilidade sejam concluídas devidamente. Devido à urgência do prazo de planejamento orçamentário de 2027 e ao fato de a próxima reunião ordinária ocorrer apenas no final de julho, caso se confirme necessidade de alteração, o plano ajustado será enviado aos membros do Comitê para deliberação e aprovação formal via e-mail antes da próxima sessão.

Item	Outros Assuntos	ID	05/2026
------	-----------------	----	---------

Análise e discussão:

- **ENASTIC-JT 2026 (9 a 11/06) e Reunião do Secretários de TIC (11 e 12/06)**

Alessandro Souza informou que, entre os dias 9 e 11 de junho do corrente ano, uma comitiva composta por cinco servidores da área de Tecnologia da Informação do Tribunal participou do Encontro Nacional de TI da Justiça do Trabalho, realizado em São Paulo. O evento integra o calendário anual fixo dos órgãos da Justiça do Trabalho. Destacou que foi convidado a integrar o painel de debates sobre as "Prioridades Estratégicas da Área de TI", juntamente com o Secretário de TI do CSJT e os Secretários de TI do TRT-5 e do TRT-23. O painel abordou diretrizes macro da área e respondeu a questionamentos do público participante. Por fim, informou que após o encerramento do encontro no dia 11 de junho, os Secretários de TI dos Tribunais Regionais iniciaram rodadas de reuniões de trabalho para deliberar sobre contratações nacionais unificadas e estratégias de infraestrutura em nuvem.

- **Orçamento 2027**

Sobre necessidade R\$ 22.776.228,00 para despesas mais urgentes de TIC em 2027 diante do valor liberado inicialmente de R\$ 19.448.939,00, foi comentado que já foram realizadas reuniões internas com SOF e DG sobre a necessidade e que estão avaliando a liberação. Erika Gusmão, representando a DG, reconheceu o esforço da SGTIC no sentido de enxugar o planejamento orçamentário de 2027;

- **Segurança Cibernética no PJe 2º Grau;**

O Secretário de TI comunicou o recebimento de uma notificação emitida pelo CSJT

apontando uma falha de segurança específica no módulo de votos do PJe de 2º Grau (utilizado pelos gabinetes e desembargadores). Como ação de mitigação imediata, o Tribunal foi orientado a restringir o acesso a esse módulo à rede interna da instituição. Desse modo, foi determinado que, a partir da tarde da data de hoje (18/06/2026), o acesso ao editor de votos por usuários externos (fora das dependências do Tribunal) exigirá obrigatoriamente a conexão via VPN. Ressaltou-se que as demais funcionalidades do PJe permanecem acessíveis por canais regulares. Informou-se que a Assessoria de Imprensa/Comunicação já foi acionada para divulgar a nota oficial informativa aos usuários sobre a nova diretriz de segurança.

- Soluções desenvolvidas fora da SGTIC e (BNPD - Banco Nacional de Produtos Digitais) Alessandro Souza alertou sobre a rígida fiscalização do CSJT quanto ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e produtos digitais fora da área de Tecnologia da Informação (conhecido como Shadow IT), fenômeno impulsionado pela facilidade de uso da Inteligência Artificial (IA) generativa. Reiterou-se que, por norma vigente, qualquer solução ou iniciativa digital para rodar na Justiça do Trabalho deve estar cadastrada no Banco Nacional de Produtos Digitais ou no Banco Nacional de Iniciativas. O descumprimento dessa norma sujeita o Tribunal a severas sanções, incluindo o corte orçamentário e a suspensão do repasse de recursos financeiros. Foi reportada a identificação recente de uma extensão desenvolvida de forma isolada por uma unidade do TRT-6 sem o conhecimento da Secretaria de TI. Explicou-se que essas ferramentas representam riscos críticos de desempenho (como a sobrecarga e lentidão de sistemas centrais como o PJe, decorrente de robôs/automações não homologados) e severas vulnerabilidades de segurança cibernética, como a exposição indevida de dados institucionais.

Dr. Eduardo Brennand endossou a preocupação e citou o exemplo recente de uma proposta de melhoria que, apesar da boa intenção da unidade proponente, geraria impacto cruzado em mais de 23 sistemas internos interligados, o que poderia inviabilizar o funcionamento do ecossistema de TI do Tribunal.

Dr. Fábio ponderou que, diante do universo de usuários e da acessibilidade atual da IA, as medidas de conscientização são necessárias, mas insuficientes se não houver um bloqueio centralizado de nível institucional. Em resposta, a Secretaria de TI informou que o Tribunal está em vias de contratar a solução SASE (cujo alinhamento com fornecedor ocorreu nesta data). Um dos escopos principais dessa ferramenta será justamente prover a governança, monitoramento, fiscalização e o controle técnico do uso de ferramentas de IA generativa e acessos na rede.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

O Comitê deliberou, sobre Soluções desenvolvidas fora da SGTIC, que deve ser enviado um ofício de recomendação à Presidência do Tribunal para que seja realizada uma ampla

campanha de comunicação institucional (via intranet, ofícios a gabinetes e secretarias). O objetivo é reforçar a proibição do desenvolvimento autônomo de soluções de software e relembrar o fluxo regular e obrigatório de cooperação junto à Secretaria de TI.

Item	Agenda de Reuniões	ID	06/2026
	Foi apresentada uma nova agenda de reuniões para o segundo semestre de 2026, sendo sempre na última sexta-feira do mês: <ul style="list-style-type: none">• 31 de julho de 2026• 28 de agosto de 2026• 25 de setembro de 2026• 30 de outubro de 2026• 27 de novembro de 2026• 11 de dezembro de 2026		
Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):			
Comitê aprovou a nova agenda.			

**ATA APROVADA PELOS INTEGRANTES PRESENTES E
ASSINADA PELO COORDENADOR DO COMITÊ DE TIC**